



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS

35534-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ:18.312.983/0001-67

### PROJETO LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2024.

***“Autoriza a concessão de descontos de encargos financeiros em créditos da Fazenda Pública Municipal”.***

A Câmara Municipal de Carmópolis de Minas aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder desconto dos encargos financeiros, aqui compreendido os juros e multas, de créditos de impostos e taxas previstas na Lei Complementar nº 99/2019 – Código Tributário Municipal, inscritos em dívida ativa, até o percentual de 90% (noventa por cento) obedecendo aos percentuais previstos nos incisos I a VI para pagamento integral ou parcelados em até seis parcelas mensais:

- I – pagamento integral – 90% de desconto;
- II – pagamento dividido em 02 a 05 parcelas – 80% de desconto;
- III – pagamento dividido em 06 a 10 parcelas – 70% de desconto;
- IV – pagamento dividido em 11 a 15 parcelas – 50% de desconto;
- V – pagamento dividido em 16 a 20 parcelas – 40% de desconto;
- VI – pagamento dividido em 21 a 24 parcelas – 20% de desconto;

**§ 1º** – Os descontos ora concedidos abrangem somente os créditos inscritos em dívida ativa, com data de inscrição superior a 12 (doze) meses da data da publicação da presente lei.

**§ 2º** – Os valores parcelados não poderão ter prestações com valor inferior a R\$100,00 (cem reais);

**§ 3º** - Os débitos inscritos em dívida ativa que forem objetos de cobrança extrajudicial, via cartório de protestos, ou judicial terão direito aos mesmos descontos de que trata a presente lei.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS**

35534-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ:18.312.983/0001-67

**§ 4º** – Com relação aos débitos inscritos e já ajuizados, só será feito pedido de desbloqueio de valores, suspensão do processo e/ou extinção do processo após a comprovação de pagamento de pelo menos a primeira parcela do débito negociado administrativamente.

**§ 5º** – Após o parcelamento administrativo dos débitos, estejam eles somente inscritos e/ou ajuizados, o não cumprimento/quitação do acordo pelo contribuinte impedirá que o mesmo refaça o parcelamento, com os mesmos benefícios descritos no art. 1º. e seus incisos.

**Art. 2º** - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos até 31 de dezembro de 2024.

Carmópolis de Minas, 09 de fevereiro de 2024.

***José Omar Paolinelli***  
***Prefeito***



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS

35534-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ:18.312.983/0001-67

### JUSTIFICATIVA

**Senhor Presidente e demais Membros da Câmara Municipal,**

Apraz-nos encaminhar aos ilustres Vereadores para apreciação e aprovação o incluso Projeto de Lei Complementar nº 001, de 09 de fevereiro de 2024, que dispõe **concessão de descontos de encargos financeiros em créditos da Fazenda Pública Municipal**".

Consoante se depreende no art. 11 da Lei Complementar n.º 101/2000 "*Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.*"

O presente Projeto ao conceder dispensa exclusivamente dos encargos incidentes sobre os tributos, efetivamente dará maior ensejo à arrecadação dos mesmos.

Importante registrar que a promoção de ações que visem a recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judiciais é obrigação legal entabulada no art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, encaminhamos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, e solicitamos aos Ilustres vereadores, que a matéria ora encaminhada, seja analisada, em regime de urgência, e obtenha deliberação favorável em sua íntegra.

Reiteramos aos Ilustres Vereadores a nossa expressão de estima e apreço.

Carmópolis de Minas, 09 de fevereiro de 2024.

José Omar Paolinelli

Prefeito